

Ata da 4ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida no dia 03/08/2000 na sala de reuniões do Gabinete do Ministro, 4º andar.

- **Aprovação da ata da 3ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima Secretaria Executiva**

O Ministro Ronaldo Mota Sardenberg solicitou ao Dr. José Miguez que fizesse a leitura da ata da 3ª reunião da Comissão, ocorrida em 17/04/2000, para aprovação dos membros. A ata foi lida e foram relatados todos os itens discutidos durante a reunião. Após a leitura, o Ministro Sardenberg perguntou aos membros se haveria algum comentário ou adição a ser feita e a ata foi dada como aprovada.

- **Apresentação de Ana Tapajós, Chefe da Divisão de Análises Técnicas do Ministério da Saúde, sobre inaladores com dosadores para medicamentos**

Inicialmente, a Dr.a Ana Tapajós abordou o tema do ponto de vista clínico, depois do epidemiológico e, por fim, do impacto do problema no sistema público de saúde. Falou que os inaladores MDIs são a indicação ideal para as doenças obstrutivas crônicas, a asma e o estado de mal asmático, pois o medicamento inalado tem maior efeito de tratamento. Fez uma explanação sobre os quadros e tabelas de produção brasileiros, dizendo que os dados apresentados não incluíam informações da rede privada. Citou que, na rede pública, de 1999 até o início de 2000, foi registrado um crescimento dessas doenças respiratórias, em parte, por fatores de poluição e estresse.

Informou também que os recursos que o governo gasta e o número de pacientes são expressivos, mas o que realmente preocupa é o crescimento e o agravamento das doenças, que se dão parte por diagnóstico não adequado e parte por não tratamento.

Falou também que, do ponto de vista da saúde, a produção internalizada no país de inaladores dosadores é barata e eficaz, atende às necessidades da população, mas utiliza CFCs na quase totalidade dos inaladores. Do ponto de vista ambiental, poderia-se pensar em inaladores com dosadores com HFC se tiverem menor impacto sobre o meio ambiente do que aqueles que usam CFCs, embora não seja uma alternativa definitiva. Expressou a preocupação do Ministério da Saúde com a eficácia e a segurança do paciente, uma vez que existem dois tipos de HFCs que são passíveis de uso porque tem baixa toxicidade. Informou que há outras tecnologias que estão em estudo mas nenhuma se comprovou eficaz e capaz de substituir os MDIs, porque são tecnologias caras e difíceis e apresentam riscos para os pacientes. Finalizando, disse que a tendência do Ministério da Saúde é acompanhar a evolução das tecnologias que vêm sendo estudadas ou desenvolvidas basicamente pelas empresas farmacêuticas até que se possa fazer a conversão, de preferência direta, ao CFC.

- **Relato sobre a 12ª Reunião dos Órgãos Subsidiários da Convenção, realizada em Bonn, Alemanha - relato MRE**

O Ministro Everton fez um relato dessa reunião, com base no relatório recebido da Embaixada em Bonn. Informou que a reunião teve como objetivo elaborar a regulamentação de dispositivos-chaves do Protocolo de Quioto, visando dar continuidade às discussões que vinham sendo feitas no âmbito da COP 5. Os temas mais discutidos foram o regime de cumprimento e a questão de sumidouros. Informou que o Brasil coordenou o grupo de floresta

em nome do G77 e a avaliação recebida é de que existe uma pressão muito grande para a inclusão de florestas nativas como passíveis de obterem créditos com vistas ao cumprimento de metas de redução. Para o Brasil, a questão de sumidouros tem uma especial relevância. O Brasil coordenou esse tema em nome do G77 e a posição que o governo brasileiro vem defendendo é a de que as florestas nativas não devem ser incluídas, até mesmo pela própria leitura que se faz do Protocolo de Quito. Essa inclusão mobiliza países de posição contrária, como um bloco de países latino americanos, entre eles a Argentina, que tem posição conjunta a favor do manejo de florestas nativas como passivas de obtenção de créditos para projetos financiados no âmbito do CDM. O Brasil adotou uma posição contrária com o apoio da Venezuela, Peru, dos países Caribenhos e outros pequenos países insulares. Sobre a posição africana, foi dito que há uma grande divisão entre os países africanos e nota-se que alguns países europeus, como o Reino Unido e a Suíça estariam próximos da posição brasileira.

Salientou que a questão de manejo de florestas é importante e que tem surgido tanto nas questões do mecanismo de flexibilidade, em particular o CDM, quanto na questão do tratamento de sumidouros, especialmente no exame do artigo 3.4 do Protocolo relativo às atividades antrópicas adicionais ao aflorestamento e reflorestamento. Informou que o grupo de contato tem evoluído lentamente, estruturando de forma minuciosa os elementos que constaram de uma possível decisão sobre o assunto que se espera seja adotada na COP 6 na Haia. Citou que em maio passado houve a reunião em Montreal na qual se finalizou o relatório do IPCC, que é de maior importância no sentido de clarificar as discussões em torno desse tema.

Com relação à questão do regime de cumprimento do Protocolo, inclusive sobre procedimentos e os mecanismos, foi adotado um texto pelos Co-Presidentes que apresentava alternativas, mas praticamente as negociações não evoluíram. Falou de sua participação em **Hequeavique** e que gostaria de fazer um breve relato sobre a matéria. Com relação aos mecanismos de flexibilidade, não se chegou a iniciar um processo negociador propriamente dito, tendo as partes se dedicado apenas a apresentar comentários sobre a síntese de proposta que foi circulada pelo presidente da Malásia. O resultado foi um documento mais volumoso e de melhor qualidade de texto que será apresentado em Lyon. Sugeriu que o Dr. Gylvan abordasse o tema dos contatos bilaterais que a nossa delegação fez, em particular com a delegação da Argentina e com outras delegações. Falou também da reunião que acontecerá em Lyon de 11 a 15 de setembro. Finalmente, falou sobre a possível substituição do Dr. Michael Cutajar, Secretário Executivo da Convenção, que vai se aposentar em 2001. Citou também a idéia de que haja uma reunião do Grupo dos 77 e China em Abuja, Nigéria, em data a ser definida, mas que caberia uma certa reflexão em razão das condições locais para sua realização.

O Dr. Gylvan esclareceu que embora tenha havido um documento entre os latino americanos sobre sumidouros, esse documento está na categoria dos temas do sistema democrático, ou seja, um país ou um grupo de países pode a qualquer momento submeter um documento sobre qualquer assunto. O tema de florestas não estava em pauta e o que existiu foi a elaboração difícil de um questionário que a Secretaria enviou aos países industrializados perguntando como eles pretendiam implementar os artigos 3.3 e 3.4 do Protocolo de Quito, que são os artigos que tratam do setor de uso da terra e mudança do uso da terra inclusive florestas por parte dos países industrializados. Explicou ainda que o artigo 3.3 diz que nesse setor o que vale são as atividades humanas de desflorestamento, florestamento e reflorestamento, isto é, árvore plantada e o artigo 3.4, de uma forma complicada, diz que serão consideradas atividades adicionais.

O Dr. Gylvan disse estar havendo desenvolvimentos e contatos informais em reuniões, inclusive envolvendo os próprios negociadores, mas que ainda não estão na agenda dois temas sobre os quais o Ministro Sardenberg se manifestou na reunião ministerial de Nova York. O primeiro diz respeito ao mecanismo jurídico que permitisse, de uma forma estruturada, manter um controle internacional do início do funcionamento de CDM de forma provisória antes da entrada em vigor do Protocolo de Quioto. O outro tema na mesma categoria, que é uma das preferências do G-77, é a inclusão de um dispositivo na área de *compliance*, de conformidade do Protocolo com o mecanismo de multa, que na realidade seria uma retomada da proposta original do governo brasileiro de 1997.

O Dr. Miguez fez um comentário adicional sobre a proposta da União Européia, dizendo que na última reunião do Conselho de Ministros foi divulgada uma decisão sobre a posição da União Européia de não mais aceitar a inclusão de florestas na Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e distribuiu a decisão para os membros da Comissão. Disse que em termos de negociação o Dr. Gylvan Meira coordena o grupo de florestas em nome do G-77 e China e que o Dr. Newton Paciornik, em termos gerais da Convenção, é co-presidente do grupo que está definindo os artigos 5, 7 e 8 do Protocolo, que corresponde à elaboração do sistema nacional para tornar efetivo o cumprimento do Protocolo de Quioto nos países desenvolvidos.

A pedido do Ministro Sardenberg, o Dr. Miguez explicou os impactos da decisão da União Européia em termos estratégicos nas negociações. Disse que a posição da UE é bastante forte e, na verdade, o artigo 12 não fala sobre absorção ou sobre sumidouros, como é tratado na Convenção, apenas fala de reduções certificadas de emissões. Explicou também que a emissão é definida no texto da Convenção como atividades antrópicas que emitem gases de efeito estufa. Com relação ao artigo 12, já havia uma discussão jurídica se as florestas estariam incluídas ou não. Disse ser difícil considerar no texto do Protocolo que as florestas estejam incluídas. A União Européia fala sobre a discussão da inclusão de florestas no artigo 3.3 e 3.4, que se refere apenas a países desenvolvidos e no caso do MDL, fala que essas considerações, preocupações quanto à incerteza científica e riscos associados com o uso de florestas para o atingimento das metas do Protocolo de Quioto. No caso do MDL, o que tem sido feito é a substituição de emissões eventuais nos países desenvolvidos por emissões equivalentes nos países em desenvolvimento. Se não se garante que está havendo efetivamente reduções de emissões nos países em desenvolvimento, isso corresponderia a uma autorização aos países desenvolvidos para aumentarem suas emissões simplesmente. Então a UE está reforçando esse ponto e lembra que essa discussão estaria contida no relatório especial do IPCC.

O Ministro Sardenberg disse haver um certo nervosismo pela fato das negociações estarem se aproximando e que o momento é delicado em relação à conclusão das negociações ainda na COP 6 e que nada disso altera os compromissos políticos do Brasil em relação ao Protocolo, aos trabalhos da COP 6, ao MDL e com relação a *compliance*. Solicitou aos membros da Comissão que focassem sua atenção sobre o tema, não tanto as pessoas diretamente envolvidas em cada batalha do processo e que já estão com a atenção para lá de focada.

- **Relato sobre a criação do Fórum Brasileiro de Mudança Global do Clima**

O Ministro Sardenberg disse que o Presidente Fernando Henrique amadureceu no decorrer desse ano a Criação do Fórum Brasileiro de Mudança Global do Clima. A criação do Fórum nasceu da necessidade de se ter maior visibilidade do tema dentro da sociedade e da economia brasileiras e de que haja mais consciência da importância do tema da mudança global do clima, uma vez que a natureza do Fórum seria totalmente diferente da Comissão não só no papel de articulação negociadora mais no papel de regulação no sistema como um todo. O Fórum é um instrumento de enlace de utilidade pública e uma iniciativa que busca ser mais imprudente do que a Comissão pode ser. Disse que nesse momento o regimento interno estava em fase de criação, que não havia sido feito ainda mas que o Presidente Fernando Henrique se mostrou bastante insistente para que isso fosse feito rapidamente.

O Dr. Miguez fez uma breve descrição do Fórum e fez a leitura do Decreto. Em seguida, distribuiu o texto para todos os membros para fins de documentação e de reflexão, pois, segundo o Ministro, não cabe à Comissão analisar o que é ou o que pode ser o Fórum, tendo em vista que é uma decisão do Presidente já tomada e separada da decisão relativa à criação da Comissão Interministerial.

O Dr. Gylvan fez uma pequena intervenção dizendo que o objetivo maior do Fórum é a conscientização. O Dr. Miguez concordou, informando que uma das ONGs que estão organizando o fórum preparou uma lista de discussão na Internet e que já começou a haver uma troca de mensagens entre as diversas ONGs sobre o fórum de mudança do clima.

O Ministro considerou a idéia importante, mas salientou não se tratar de um Fórum de ONGs, uma vez que foi criado por decreto e tem uma importante participação ministerial.

- **Projeto de Lei do Deputado Federal Euler Ribeiro (AM/PFL) sobre Política Nacional para a Mitigação de Gases de Efeito Estufa**

O Ministro Sardenberg disse que o projeto do Deputado é um novo esforço paralelo, mas ainda não é Lei, é um Projeto de Lei. De maneira que ele acha interessante que todos os membros tomem conhecimento, inclusive, para fins de eventuais contatos com o proponente.

- **Participação do Brasil no Comitê de Países Anfitriões do "Prototype Carbon Fund" - Relato pelo MRE e Secretaria Executiva**

O Secretário Benedicto Fonseca, do Ministério da Relações Exteriores, falou sobre a participação brasileira no Prototype Carbon Fund e como estão estruturados os países que estão participando como doadores e como países que aceitaram participar tendo projetos financiados por esse fundo. Fazendo um breve histórico do que foi tratado na reunião anterior, lembrou que o fundo foi criado pelo Banco Mundial em 1999.

Sobre a participação brasileira, o Secretário Benedicto frisou que, como o Brasil não é membro pleno desse fundo e não apresentou projetos, mas futuramente o fará, tem sido representado por diplomatas de Washington e Paris, onde aconteceram as duas reuniões do Fundo. Disse também que hoje já existem 22 países que concordaram em participar como anfitriões de projetos e em seguida relacionou todos esses países. Citou também que 15 empresas, especialmente do ramo de eletricidade, empresas de petróleo e comerciais participam e se

comprometeram a aportar recursos para o fundo. Salientou que a 3ª Reunião esta marcada para Washington em junho de 2001. Com relação à última reunião em Paris, comentou ser interessante o fato de quem representava atualmente os países em desenvolvimento perante o comitê era o representante da Guatemala, que foi eleito e participou dessa reunião já nessa qualidade.

- **Ratificação do Protocolo de Quioto - Relato pelo MRE**

O Ministro Everton lembrou que na reunião anterior da Comissão foi solicitado ao Itamaraty que fizesse uma consulta à Índia e China sobre os procedimentos de ratificação do Protocolo de Quioto e informou que ainda não havia recebido resposta. Estão aguardando resposta das embaixadas em Pequim e Nova Dheli. Disse também que já estava pronta uma versão de minuta da Exposição de Motivos para o Presidente da República, que seria assinada pelo Ministro Sardenberg, Ministro Lampreia e Ministro Sarney Filho. Citou a questão da conveniência ou não de mencionar na E.M. a resolução adotada pelo Congresso dos Estados Unidos sobre a eventual ratificação do Protocolo de Quioto por aquele país, uma vez que essa resolução se refere à assunção de compromissos significativos referentes à mitigação do efeito estufa por parte dos países desenvolvidos. Disse ainda que a E.M. deveria ser uma coisa simples e estavam abertos a sugestões, citou que o trabalho estava bastante adiantado, uma vez que o texto do Protocolo já estava traduzido para o português. Sugeriu que a ratificação fosse enviada ao Congresso após a COP6.

- **Andamento das negociações sobre o tratamento do setor de Uso da Terra, Mudança de Uso da Terra e Florestas - Relato pelo MCT**

- **Início do Funcionamento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo após a 6ª Conferência das Partes**

Houve consenso de que é necessário aguardar os resultados das negociações da COP6 na Haia, para saber se haverá uma regulamentação final do Protocolo e um documento final sobre a regulamentação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

- **Projetos sobre CDM - Submissão de consulta pelo MME**

Foi citada pelo Dr. Miguez a correspondência recebida do Dr. Flávio Sottomayor, membro da Comissão pelo MME, referente a projeto na área de energia desenvolvido por uma entidade do Reino Unido. Foi discutido a quem caberia a aprovação desse projeto, uma vez que a Comissão só poderia autorizar projetos de CDM, quando este estiver regulamentado. Foi dito que estão cada vez mais freqüentes esses tipos de solicitação à Comissão e que o ideal seria ter algum tipo de deliberação sobre o assunto.

O Dr. Miguez acha necessário que seja feito um esclarecimento por parte da Comissão sobre o estado atual da negociação do CDM e a quem caberá pedir aprovação de projetos no Brasil.

Segundo o Dr. Gylvan, a resposta seca a essa questão seria dizer que o CDM não existe, pois o Protocolo de Quioto não está em vigor.

- **Outros assuntos**

Os membros da Comissão aprovaram a resenha quinzenal por estar atendendo ao que foi definido na reunião anterior.

O Ministro Everton fez um pequeno relato sobre a reunião em (Haqueavique), que aconteceu em julho, em que se tratou de um ponto considerado importante, que é a questão do regime de cumprimento. Citou, ainda, a reunião que se realizaria nos dias 17 e 18 de agosto em Brasília sobre CDM e sumidouros.

- **Data da próxima reunião**

Foi definido pelo Ministro Sardenberg que a próxima reunião da Comissão aconteceria no dia 25 de setembro, antes da consulta informal de Ministros que acontecerá no início de outubro.